



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROFESSOR COM AGENTE FUNDAMENTAL NESSE PROCESSO

Reginalva Juscelina da Luz Corrêa, SEDUC, reginalvacorrea@hotmail.com

Resumo: A inclusão de crianças com Deficiência Intelectual (DI) em escolas de ensino regular começa a se efetivar. E todas têm direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Vemos a necessidade de analisarmos as propostas curriculares bem como a preparação dos profissionais para o atendimento à diversidade. A proposta pedagógica deve favorecer a inserção integral dessas crianças no contexto escolar não sendo mais uma forma de exclusão. Conhecer o processo de aprendizagem de uma pessoa com deficiência Intelectual é fundamental para compreender a forma como ela aprende e poder analisar causas possíveis de sua não aprendizagem. Como também conhecer o nível de desenvolvimento em que se encontram cada pessoa para poder elaborar a proposta curricular de acordo com suas necessidades, pois os programas educacionais devem se adequar às características individuais dos alunos. Para tanto, a formação do docente deve propor o conhecimento da diversidade provocando transformações significativas no ser, fazer e saber desses profissionais, como também analisar o cotidiano escolar em busca por conteúdos programáticos que atendam a nova estruturação da sociedade.

Palavras-chave: Deficiência intelectual. Ação Pedagógica. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A história se modifica ao longo do tempo de acordo com as necessidades impostas pela realidade do momento. Podemos dizer que a sociedade está sempre em transformação para se adequar a cada nova exigência. Vivemos um período social, educacional e político onde o respeito à diversidade tem se caracterizado como presente e fundamental no processo da transformação histórico-cultural. E a educação segue para uma nova estrutura, respeitando e valorizando as diferenças, o que acreditamos ser essencial para a formação de cidadãos conscientes, solidários e com respeito mútuo. Mas, porque de tantas transformações?

Você já parou para pensar porque nos dias atuais precisamos lutar tanto pela igualdade de direitos e deveres das pessoas, principalmente as que possuem alguma deficiência?

No intuito de compreender essa questão vejamos como era vista e tratada as pessoas com deficiência nos diversos períodos da história.

Nos primórdios da humanidade, onde não havia forma de registro, não há informação da existência de deficiência. Através dos estudos sobre a civilização dessa época acredita-se que a pessoa com qualquer anormalidade era abandonada.

A partir da civilização, e dos registros históricos sabe-se que na era de Esparta os homens entre 7 e 37 anos deveriam defender o seu estado ficando a serviço do exército. Para isso era exigido que eles fossem saudáveis sendo capazes de enfrentar possíveis batalhas. Para tanto se tivessem qualquer anomalia deveriam ser lançados no abismo onde encontrariam a morte. Isso acontecia logo ao nascer. Os pais levavam os bebês para uma comissão formada por anciões os quais possuíam autoridade incontestável. Esses anciões analisavam os bebês e estes se fossem feios, franzinos ou disformes os anciões os tomavam de seus pais e os levavam para um lugar chamado APOTHETAI, que significa depósito. Esse lugar nada mais era que um abismo localizado nas montanhas de TAHGETOS perto de Esparta (SILVA 1986).

Na Mesopotâmia o trato para com as pessoas com deficiência não era diferente daquele tratamento dado em Esparta. No caso do nascimento de um bebê com alguma deficiência, era o próprio pai quem o matava.

Na Grécia no início da república até a metade do século V também era permitido que o pai matasse seu filho anormal (MANACORDA 1997). Nesses períodos o estado mais forte era aquele cujo exército fosse o melhor. Sob essas condições as pessoas que nasciam com deficiência não tinham muitas alternativas eram eliminadas ou abandonadas à própria sorte, pois não iriam servir para nada e ainda atrapalhariam a sociedade.

No período feudal, que se estendeu até a metade do segundo milênio, as pessoas com deficiência tinham a oportunidade de sobreviver. Pois o cristianismo não aceitava a eliminação dessas pessoas. E este não foi o único fator, os servos por possuírem a terra onde trabalhavam tinham a autonomia para determinar o ritmo de seu trabalho como também eram responsáveis pelo sustento de toda sua família. Inicia-se nesse período uma prática comum, a segregação das pessoas com deficiência em asilos ou hospitais. Nos primeiros séculos da idade média esses lugares eram mantidos pela igreja, mas com o passar do tempo os hospitais e asilos não eram suficientes para atender a todos. Assim alguns ficavam perambulando pelas ruas, outros serviam de bobos da corte e uns poucos eram acolhidos por outras famílias por motivos supersticiosos.

No período do capitalismo a pessoa com deficiência continua as margens da segregação por não possuir mão-de-obra de qualidade. As famílias com sentimento de negação e angústia trancam seus filhos deficientes em suas próprias casas. Muitos nasceram e morreram sem ao menos conhecer a varanda de sua casa. Foi permitido a eles viver, porém as condições de vida eram mínimas. Não participavam da sociedade. Apenas

recebiam cuidados que na maioria eram mínimos. Isso se perdurou até metade do século XX, não sendo totalmente extinguido nos dias atuais.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1988 (BRASIL, 1988) inicia o processo de igualdade para todos. Nesse documento é ressaltado que todos os seres humanos nascem livres e com direitos e deveres iguais... (Art. 1) sendo inaceitável qualquer forma de exclusão. O item 1 do art. 26 reza que “toda pessoa tem direito a educação”, devendo ser gratuita pelo menos até o ensino fundamental e no item 2 mostra a educação como fator de promoção humana favorecendo a comunicação entre as pessoas sendo fundamental para o convívio coletivo nos diversos grupos raciais, religiosos, étnicos.

Com isso podemos notar que as pessoas com deficiência desde o início da humanidade, foram excluídas do convívio social e por isso foram necessárias movimentos, convenções e leis para garantir seus direitos humanos. As pessoas com deficiência estão pautadas pela lei, assegurando seu direito a educação fundamental e ao desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais podendo exercer o seu papel de cidadão. Mas incluí-los na sociedade não é tarefa fácil, o papel da escola, nesse sentido, é fundamental para iniciar o processo de inclusão responsável.

Notamos que somente a partir dos meados do século XX a pessoa com deficiência começa a ser considerada como membro da sociedade podendo fazer parte e usufruir dos bens oferecidos por ela. A educação, nesse sentido, passa por um novo desafio o de oferecer oportunidades para que a criança com deficiência possa se apropriar da cultura acumulada ao longo da história da humanidade (saber sistematizado).

Porém, a criança deficiente intelectual possui características próprias devendo participar de uma proposta pedagógica que venha de acordo com suas necessidades. Mas, a história da educação pouco tem a nos falar sobre o assunto, pois é recente o trabalho e pesquisas sendo desenvolvidas nesse campo.

Portanto entendemos que é importante que o professor saiba como acontece o processo de escolarização dessas crianças, o percurso de seu desenvolvimento que contribui para o entendimento sobre a aprendizagem e aquisição de novos conhecimentos. Conhecer o processo de aprendizagem é fundamental para compreender a forma como a criança aprende e assim poder diagnosticar causas possíveis da dificuldade de sua aprendizagem. Assim como também conhecer o nível de desenvolvimento em que ela se encontra para poder elaborar a proposta de trabalho de acordo com suas possibilidades de entendimento.

Buscamos com essa proposta sistematizar a forma de aprendizagem de crianças com deficiência intelectual procurando através da fundamentação teórico-metodológica mostrar como se processa a aprendizagem cognitiva, assim como os passos e a forma mais adequada para que ela possa aprender. Possibilitando aos profissionais da área o

entendimento sobre o caminho que a criança percorre e como percorre, para se desenvolver.

Porém, não tem a intenção de apresentar uma receita a ser seguida, mas sim oferecer um conjunto de reflexões e sugestões práticas que motive o profissional a criar suas próprias estratégias de ensino. Esperamos poder auxiliar os profissionais da área na busca pela qualidade da educação.

DESENVOLVIMENTO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1993) em seu artigo 53 assegura que toda criança e adolescente devem ter igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A declaração de Salamanca (BRASIL, 2004) reforça esse direito ao dizer que os programas educacionais devem se adequar às características individuais dos alunos levando em conta suas necessidades. Mas, o que podemos considerar como ter igualdade de condições para acesso e permanência na escola?

Muitos ainda consideram que igualdade são todos os alunos da turma sendo tratados da mesma forma recebendo as mesmas atividades, com objetivos, conteúdos e métodos iguais, sem nenhuma forma de adaptação.

Podemos afirmar que isso é uma forma de barbárie. Pois igualdade são todos os alunos com as mesmas oportunidades de aprendizagem considerando seu ritmo próprio de desenvolvimento com conteúdos, métodos e objetivos diferenciados e adaptados com acordo com as necessidades específicas de cada um.

Quando falamos em igualdade nos referimos ao tratamento que cada um deve receber para alcançar progressivo desenvolvimento. Considerando a diversidade que hoje faz parte do cotidiano escolar, onde experienciamos diversos graus de maturação neurológica e de compreensão intelectual, a prática docente acaba sendo cada vez mais heterogênea. Porém, o professor ainda não recebe formação suficiente para lidar com esta questão educacional vigente. É de fundamental importância que o docente seja preparado teórica e metodologicamente com uma formação que proponha o conhecimento da diversidade provocando transformações significativas no ser, fazer e saber desse profissional (GIESTA, 2001), como também analisar o cotidiano escolar em busca por conteúdos programáticos que atendam a nova estruturação da sociedade (ROCKEWELL, 1995).

Quando pensamos na criança e paramos para analisá-la vemos a sua singularidade, as diferenças humanas que temos. Para que a aprendizagem aconteça essas diferenças devem ser consideradas. Cada um tem seu tempo, seu momento, seu ritmo próprio para aprender. Vivenciando esse contexto de uma classe inclusiva o aluno com DI

tem a oportunidade de se relacionar com os outros deixando de lado a segregação (JIMENEZ, 1997) isso quando suas diferenças forem respeitadas e não sarcastizada.

A inclusão vai além de aceitar um aluno com DI na sala de ensino regular. A proposta curricular deve estar adequada para o atendimento à diversidade. É preciso incluí-lo na comunidade escolar. Estando na escola e fazendo parte dela. Com isso as crianças começarão a conviver umas com as outras conhecendo as limitações e as potencialidades de cada um. A diversidade será valorizada fazendo um grande bem para o convívio coletivo. Aprendendo a respeitar, os rótulos serão apagados. Todos deverão conviver em harmonia. O enfoque deve ser na potencialidade e não na dificuldade. Com essas afirmações não estamos pregando uma utopia, mas sim acreditando que com um passo de cada vez chegaremos a eliminação da discriminação pelo menos dentro da sala de aula. A escola é um espaço de transformação e de auxílio para o desenvolvimento do caráter da criança. Por isso é importante e necessário que o professor esteja pautado numa formação que conduza a emancipação de todos os alunos. Que eles sejam capazes de refletir e de serem autocríticos sobre suas ações, compreendendo que cada um é diferente e com necessidades específicas. O professor, no entanto deve orientar esse desenvolvimento dos alunos mediando a formação desses conceitos, mas para isso ele também precisa de uma formação voltada para o respeito a singularidade de cada um.

Devem ser considerados os aspectos de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual, por ser um prejuízo das funções cognitivas ela varia de pessoa para pessoa podendo ser leve, moderada ou grave e isso diferencia o tipo de intervenção que ela deverá receber para que haja aprendizagem significativa. A criança DI, dependendo de suas condições cognitivas, terá dificuldade para aprender os conteúdos abstratos, mas o seu desenvolvimento de acordo com a SEESP (BRASIL, 1997) depende da situação em que ela está envolvida, isto é, se é estimulada, se dispõe de um espaço propício para a aprendizagem, se há modelo para imitação, se é motivada, entre tantos, e principalmente se as atividades condizem com o seu nível de maturação mental (SOUZA, MARTINS, MENDES, org., 2003). Maturação mental aqui entendida como o crescimento progressivo das habilidades cognitivas, sendo a maturação o momento em que o organismo está pronto para executar determinada tarefa.

A aprendizagem irá depender das intervenções do professor perante a criança, que nesse caso além das mediações existe a necessidade de atividades que concretizem o imaginário, fazendo com que a aprendizagem aconteça através da interação do sujeito em contato com o real (objetos e acontecimentos). Tocar, ver, sentir, cheirar, conhecer as características do objeto é parte fundamental que antecede a abstração e isso é imprescindível para a compreensão do processo de aprendizagem da criança com deficiência intelectual, Borges (1975). Não podemos esquecer que situações do cotidiano

também devem ser ensinadas e são de grande importância para a aprendizagem dessas crianças. Vale salientar que como já dissemos dependendo de suas condições cognitivas a criança DI terá dificuldade para compreender atividades abstratas e que, portanto será alfabetizada de forma funcional. Isto significa que ela terá condições de fazer leitura de mundo não necessariamente de maneira formal. É mais importante que ela desenvolva aspectos que auxiliem sua vida autônoma independente se saberão ler ou escrever (HONORA, 2008).

A criança DI apresenta dificuldade na elaboração do pensamento e no raciocínio, caracterizado por funcionamento do intelecto abaixo da média e também pela dificuldade de adaptação ao meio onde vive manifestado antes dos dezoito anos. Desse modo, é importante estar respaldado em uma fundamentação teórica-prática que auxilie a aprendizagem dessas crianças com adaptações e recursos variados oportunizando a compreensão da habilidade.

Para tal proposta se faz necessário expormos as características da deficiência intelectual que segundo o I Congresso Mundial sobre o futuro da educação especial o Council of Exceptional Children (CEC, 1978), foi aprovada a seguinte definição que é aceita internacionalmente:

a criança deficiente é aquela que se desvia da média ou da criança normal em: 1) características mentais; 2) aptidões sensoriais; 3) características neuromusculares e corporais; 4) comportamento emocional; 5) aptidões de comunicação; 6) múltiplas deficiências até o ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

Considerando os aspectos da deficiência intelectual nos deparamos com uma situação de aprendizagem que depende de fatores importantes que devemos considerar, como:

- Atividade adequada a sua maturação mental;
- Recursos motivacionais;
- Adaptações do material para auxiliar a concentração e atenção;
- Métodos que favoreçam a compreensão da tarefa proposta.

É importante que a criança DI esteja envolvida no processo de aprendizagem, que deve estar organizado de modo a oferecer o entendimento do que se pretende realizar. Cada etapa da aprendizagem de uma tarefa deve favorecer a reflexão e o seu entendimento. Como a criança DI possui características próprias nesse âmbito as observações e as adaptações devem estar voltadas para as habilidades e as competências de cada um e respeitadas suas limitações, pois a pessoa com deficiência intelectual possui características próprias necessitando estar em contato com atividades que os levem a

entender o processo de aprendizagem passo a passo (SEESP, 1997) visando estimular suas habilidades e desenvolver suas competências. Refletir sobre o que será estudado em sala de aula auxilia a compreensão resultando em uma aprendizagem com qualidade.

Para que isso seja possível existem meios e métodos que auxiliam o professor como podemos ver nas adaptações que podem ser feitas e que podem ser de grande e pequeno porte, que de acordo com MEC/SEESP (BRASIL, 1999, p.10) são:

Adaptações curriculares de grande porte: ações que dependem de decisões técnico-político-administrativas, que são de competência de órgãos superiores da administração educacional pública.

Adaptações curriculares de pequeno porte: ações realizadas pelo professor, modificações curriculares que promovam o desenvolvimento do aluno com NEE.

Categorias de Adaptações são:

Adaptações de Acesso ao Currículo

- Criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno.
- Adaptação do ambiente físico escolar com rampas, elevador, barras de apoio etc.
- Adaptações de materiais como mesas, pranchas de comunicação alternativa, computadores adaptados, presilhas e muitos outros.
- Capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação.

Adaptação de Objetivos/Conteúdos

É possibilidade de se eliminar objetivos/conteúdos básicos ou introduzir objetivos complementares e alternativos. Porém essa atitude não deve levar o professor a justificar a falta de conteúdos ou se limitar a trabalhar com conteúdos básicos durante o ano todo. É uma forma de possibilitar modificações no plano que favoreça o desenvolvimento do aluno com deficiência.

Adaptação do Método de Ensino e da Organização Didática

Os alunos com DI necessitam de métodos específicos de ensino. Para garantir esse atendimento com qualidade um dos fatores importantes é organização da sala de aula quanto ao número de alunos, esta deve conter até 25 alunos sendo 2 com deficiência. Outro fator importante é a cooperatividade entre o professor da classe comum e o professor de ensino especial. Ambos devem atuar juntos desde o planejamento até a execução do ensino. Podemos citar alguns fatores adotados para garantir o apoio aos alunos com deficiência:

- professor de apoio;
- professor itinerante;
- professor interprete;

Adaptação de temporalidade

É permanência de um aluno em uma determinada série sem distanciar da faixa etária daquela série. Como também o encaminhamento para a série seguinte sem ter vencido o plano da classe anterior.

Adaptações pedagógicas

- Organização do espaço físico da sala;
- Favorecer um melhor nível de comunicação e de interação do aluno com a comunidade escolar e de todos, a sua volta;
- Favorecer a participação do aluno nas atividades escolares;
- Atuar para aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;
- Adotar sistemas alternativos de comunicação para os alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação;
- Favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia ou de fracasso.

Adaptação do Processo de Avaliação.

É a modificação de instrumentos e técnicas utilizadas para avaliar um aluno. Adequação e estratégias diferenciadas para atender as peculiaridades, necessidades adaptando-se as diferentes formas de apropriação do conhecimento. É possibilitar aos alunos com comprometimento físico, sensorial ou intelectual materiais diferenciados que favoreçam sua participação na avaliação. Ex. alunos cegos fazer a prova escrita em braile. Alunos com deficiência física ter os signos para se comunicar. Vale lembrar que o momento da avaliação não se refere apenas as respostas das questões elaboradas pelo professor e sim todo o percurso que o aluno levou para chegar à resposta.

Além desses recursos, a compreensão da atividade que será realizada é importante para que o aluno com deficiência intelectual estabeleça relações entre o que se deseja e o que se realiza e desenvolva em seu consciente o modelo mental dessas atividades, para que ocorra a aprendizagem significativa, tudo isso dentro de suas condições cognitivas.

Perante essa nova situação educacional se estabelece vários desafios, (MARTINS, 1999), como:

- A conscientização de toda a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre as novas formas de desenvolver o processo de ensino/aprendizagem considerando a diversidade. Nesse momento a escola, a família e a comunidade devem estar atentas para as mudanças. Não ficando passivo a tudo isso. Buscar compreender o porquê de tantas mudanças e o significado delas para a vida de todos os alunos com ou sem deficiência.

- Elaboração e aplicação de uma formação continuada que garanta a preparação dos profissionais para o exercício de sua função promovendo o conhecimento teórico e principalmente prático para o atendimento de pessoas com deficiência dando o suporte necessário para esse profissional. E também propor momentos de troca de experiência analisando os avanços e as dificuldades relatadas pelos professores no intento de encontrar soluções possíveis e viáveis.
- Ter uma equipe de apoio especializada que possa auxiliar e atuar junto com os professores, dando suporte teórico. O conhecimento da teoria fundamentada por estudiosos e a experiência do professor que conhece sua turma, as competências e os limites de seus alunos levarão para soluções de possíveis problemas de aprendizagem.
- Formadores de professores com o grau de instrução em nível de mestrado e doutorado que desenvolvam pesquisas que irão subsidiar a ação educativa. Entender como a pessoa com DI aprende e se desenvolve não é tarefa fácil. É um trabalho que se perdura por vários anos. Sendo necessária a observação dos comportamentos do educando e do professor considerando o ambiente, as mediações, os recursos, as adaptações e as intervenções. Tudo isso ligado ao estudo neuropsicológico do sujeito.

A reestruturação escolar no diz respeito ao currículo deve atender as necessidades individuais de cada aluno. Os métodos, técnicas, recursos e adaptações deverão ser elaborados para atender as peculiaridades das pessoas com deficiência. Os pais e a comunidade não podem ficar de fora. Eles devem conhecer todo esse processo e também colaborar para sua elaboração e aplicação (MARTINS, 1995).

Podemos notar que no mundo inteiro já vem sendo tomada providencia em relação a formação continuada de professores no intuito de prepará-los para o atendimento à diversidade. Aqui no Brasil se dispõe aos professores seminários, grupos de trabalhos, encontros e congressos entre outros (GOERGEM e SAVIANI, 2000). Especificamente aqui no Paraná os professores da rede estadual da educação especial contam com formação na sua área. Outra forma de se preparar para o atendimento a diversidade é a escola se organizar internamente, convidando um especialista da área de preferência com experiência prática para prestar monitoramento, refletindo e auxiliando na prática pedagógica. Nos dias atuais o professor pesquisador, aquele que está sempre em busca de novos conhecimentos e técnicas é a peça chave para uma inclusão responsável.

A pessoa com DI possui características que lhe são próprias, sendo cada um único e individual. Por esse motivo cada turma será única e o professor encontrará dificuldades e/ou soluções que poderão ser exclusivas. Mais do que nunca, o professor será o

pesquisador, articulador promovendo o conhecimento progressivo a respeito de seus próprios limites.

Pesquisando produzimos o conhecimento sobre a forma de aprendizagem. A partir da problematização analisamos, relacionamos e identificamos o funcionamento do processo de aprendizagem (PERRENOUD, 2001). Esta sem dúvida será uma postura necessária ao professor que atender alunos com DI. Para ministrar uma aula que atinja todos os alunos ele terá que manter uma postura eclética e ter o auxílio da coordenação para a elaboração de atividades com o mesmo tema, porém com objetivos e métodos adaptados às diferentes necessidades dos alunos da sala. Porque não poderá transmitir um determinado conteúdo e passar outro totalmente diferente para a criança DI. É necessário incluí-la na aula, se ela não tiver condições intelectuais para entender a totalidade daquele conteúdo, será preciso fazer as adaptações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos esclarecimentos anteriormente mencionados, vemos que a ação docente frente à inclusão é o fator que irá fazer a diferença na educação da atualidade. Conhecer o aluno entendendo o seu processo de aquisição do conhecimento é a porta de entrada para uma educação de qualidade e que garanta o desenvolvimento de todos. Nesse sentido as intervenções, flexibilizações e adaptações do ensino estarão explicitamente no cotidiano escolar. O aluno com dificuldade de aprendizagem deve ter uma atenção especial, com métodos, técnicas e motivações que possam oportunizar-lhe o aprendizado. Para isso deve se levar em consideração cada um em sua totalidade. Ensinar tudo a cada um e não tudo a todos. A idéia de uma classe homogênea, com os mesmos recursos e formas de aprendizagem iguais não mais existem. Para chegarmos a uma sociedade incluyente é preciso saber valorizar e respeitar a individualidade de cada um e acabar com a idéia de que todos devem seguir o mesmo rumo e percurso.

Os recursos, técnicas e apoio especializados auxiliam o programa educacional que abrange a diversidade. Respeitar as limitações e considerar as habilidades de cada um faz parte do processo que envolve pessoas com deficiência. Para alcançar o objetivo da educação é necessário entender sobre a deficiência e as dificuldades da aprendizagem procurando diagnosticar as causas que impedem ou dificultam o desenvolvimento da pessoa. Elaborar um plano de ação que atenda as necessidades de cada um é parte integrante de uma ação pedagógica que objetiva o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Por este motivo consideramos que a formação docente deve abranger os aspectos da inclusão auxiliando a formação integral desse profissional.

Na educação cada um deve ter o atendimento que garanta seu desenvolvimento pleno, isso através de atividades que provoquem e instigam seu pensamento.

Não podemos esperar de forma alguma que a pessoa com DI se desenvolva no mesmo ritmo e com as mesmas estratégias. Devemos lembrar que a deficiência intelectual apresenta atraso no intelecto e que a mente é algo complexo. Isso torna a pessoa com deficiência única. Cabe a escola elaborar estratégias de ensino que se enquadre nesses novos padrões de ensino.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, M. L. X.: **A Educação dos Deficientes Mentais**. Elementos para uma psicopedagogia. Livraria Francisco Alves. Editora S>A. Rio de Janeiro. R. J. 1975.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado, 1988.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Mental/** organizado por Erenice Natalia Soares Carvalho – Brasília: SEESP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

BRASIL, Educação Inclusiva: v.1: **a fundamentação filosófica/** coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 28p.

COUNCIL of EXCEPTIONAL CHILDREN, documentação sobre o 1 congresso mundial sobre o futuro da Educação Especial, Sitrling, 1978.

DOLLE, J. M. **Essas crianças que não aprendem: diagnósticos e terapias cognitivas/** Jean- Marie Dolle, Denis Bellano: tradução Cláudio João Paulo Saltini/ revisão conceitual Lia Leme Zaia, Sandra Maria Freire- Petrópolis, RJ : vozes,1995.

GIESTA, C. N. **Cotidiano Escolar e Formação Reflexiva do Professor: moda ou valorização do saber docente?** Araraquara: JM, 2001.

GOERGEN, P.; SAVIANI, D. **Formação de Professores: experiência internacional sob o olhar brasileiro**. Campinas/ SP: Autores Associados, 2000.

JIMENEZ, R. B. **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Dinalivros, 1997.

MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. Tradução de Caetano Lo Monaco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 6 ed. São Paulo: Cortez. 1997.

MARTINS, L.A.R. **Por uma escola aberta as necessidades do aluno: Temas Sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v. 10, n.55, 1995.

PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências Para Ensinar**. Porto Alegre: Artes médicas Sul, 2000.

ROCKWELL, E. **La Escuela Cotidiana. México:** Fondo de Cultura Económica, 1995.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOUZA, M. H; MARTINS, MENDES, M. A. (org) **Psicologia e desenvolvimento**. Curitiba. IESDE, 2003.